



HERDEIROS DO PORVIR

Ano XXII – Nº 41
Abril/Maio/Junho 2015
Distribuição gratuita

An aerial view of a large, modern parliament chamber. The chamber is semi-circular with tiered seating for members. The walls are made of light-colored wood, and there is a large eagle emblem on the far wall. The floor is green.

**Nobreza austríaca
ainda causa temor
em republicanos**

D. Luiz de Orleans e Bragança



O Chefe da Casa Imperial do Brasil, D. Luiz, e seu irmão, D. Bertrand, receberam em 18 de fevereiro a visita dos jovens monarquistas cariocas Prof. Natan Oliveira (dir.), Marcos Gabriel e Pedro

Paulo Pyres (esq.), na sede da Pró Monarquia, em São Paulo. Os visitantes conversaram com os príncipes principalmente sobre História e a relação de D. Luiz com a cidade do Rio de Janeiro. Relataram também suas atuações nos meios estudantis, onde aumenta o interesse de adolescentes pela Monarquia.

Por ocasião da Páscoa, 3 de maio, D. Luiz enviou a seguinte mensagem aos brasileiros: *“Irmãos, se já ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas que são do alto, onde Cristo está assentado à direita de Deus. Afeiçoai-vos às coisas do céu e não às da terra. Porque estais mortos e a vossa vida oculta com Cristo em Deus. Quando Cristo, que é vossa Vida, se manifestar, então aparecereis com Ele na glória”* (Col. 3, 1-4). Envio aos brasileiros, de modo particular aos monarquistas e amigos da Família Imperial, meus melhores votos de Santa Páscoa, com todas as graças do Senhor Jesus Cristo Ressuscitado.



Em 27 de abril D. Luiz recebeu, na sede do Secretariado da Casa Imperial, a visita de seu sobrinho D. Rafael (à sua esq.), quarto na linha de sucessão ao trono brasileiro, para jantar em comemoração aos seus 29 anos, ocorrido no dia 24 do

mesmo mês. Presentes também D. Bertrand e D. Gabriel (dir.), tio e primo do aniversariante, além de amigos próximos à Família Imperial. Ao final D. Luiz brindou o ilustre visitante, lembrando que representava a continuidade dos ideais monárquicos no Brasil, ao que D. Rafael agradeceu, dizendo que esperava estar à altura da missão que a Divina Providência lhe concedera.

HERDEIROS DO PORVIR

Publicação da Pró Monarquia,
entidade civil sem fins lucrativos.
Rua Itápolis, 873 – CEP 01245-000 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3822-4764
www.monarquia.org.br – e-mail: herdeirosdopovir@monarquia.org.br

Diretor Responsável: Osvaldo Rocco
Jornalista Responsável: Yone P. Caldeira (MTB 17354)
Redator Chefe: Geraldo Hélon Winter
Diagramação: Luis Guillermo Arroyave
Impressão: Grafilar – Gráfica e Editora do Lar Anália Franco

D. Bertrand de Orleans e Bragança



O Príncipe Imperial D. Bertrand ministrou, em 16 de fevereiro, palestra intitulada “A Cruzada do Século XXI” no XV Simpósio de Estudos e Ação Contra-Revolucionária, organizado pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), em São Paulo. Presentes uma centena de jovens monarquistas ou adeptos do IPCO de todo o Brasil.

No dia 30 de março D. Bertrand recebeu, na sede da Pró Monarquia, o Dr. César de Oliveira Lima Barrio, Primeiro Secretário do Ministério das Relações Exteriores, de Brasília. A recepção, seguida de jantar, contou também com a presença de amigos do príncipe. Barrio historiou aos presentes os locais do Exterior em que atuou como representante do Brasil e descreveu a visão dos estrangeiros em relação a nosso país, especialmente no atual contexto mundial. Hoje o diplomata ocupa importante cargo na Comissão de Cerimonial do Itamaraty, na Capital Federal.



D. Antônio de Orleans e Bragança



O Príncipe D. Antônio, acompanhado de sua esposa D. Christine de Ligne, esteve presente em 29 de março nas celebrações dos 75 anos de fundação do Museu Imperial de Petrópolis. O casal,

que residiu por mais de vinte anos na Cidade Imperial, tem ligações com esta instituição, sendo o príncipe membro da Associação de Amigos do Museu Imperial. No ano passado a princesa ciceroneou equipe de televisão belga na gravação de documentário sobre o museu.

Impossibilitado de comparecer à Missa em Ação de Graças pelos 127 anos da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio, na Igreja da Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, o Príncipe D. Luiz incumbiu seu irmão D. Antônio de representá-lo. D. Christine acompanhou o príncipe. O tradicional templo está localizado no centro do Rio de Janeiro. Dezenas de monarquistas estiveram presentes nas celebrações.





Em 12 de março D. Bertrand esteve presente como convidado

para a cerimônia de transmissão do comando do Estado-Maior do Exército, no Quartel General da Força Terrestre, em Brasília, ocasião em que o general Adhemar da Costa Machado Filho transferiu o comando ao general Sérgio Westphalen Etchegoyen. O general Adhemar vai para reserva após quarenta e cinco anos de serviços prestados às Forças Armadas.

D. Bertrand recebeu, no dia 18 de março, a visita de Renan Godoi Penna e de Guilherme de Faria Nicastro, na sede do Secretariado da Casa Imperial do Brasil, em São Paulo. Renan, estudante de direito e colega de Guilherme na Fundação Getúlio Vargas, pretende colaborar com publicações de anedotas e textos biográficos no Facebook da Pró Monarquia, como já faz Guilherme, administrador da página. Falaram também sobre a crise mundial, a delicada situação política do país e o interesse crescente dos jovens pelo parlamentarismo monárquico. No final Penna recebeu do príncipe o livro "D. Pedro Henrique, o Condestável das Saudades e da Esperança", com dedicatória.



De passagem pelo Rio de Janeiro para compromissos particulares e atendendo ao apelo publicado no Facebook da Pró Monarquia "Nós da monarquia vamos pra rua! E você?", D. Bertrand participou, em 12 de abril, na Praia de Copacabana, das manifestações contra a corrupção. Neste dia houve também protestos por todo o Brasil. O príncipe foi logo reconhecido pelo público, posou para fotos e deu entrevista para a imprensa.



participou, em 12 de abril, na Praia de Copacabana, das manifestações contra a corrupção. Neste dia houve também protestos por todo o Brasil. O príncipe foi logo reconhecido pelo público, posou para fotos e deu entrevista para a imprensa.

participou, em 12 de abril, na Praia de Copacabana, das manifestações contra a corrupção. Neste dia houve também protestos por todo o Brasil. O príncipe foi logo reconhecido pelo público, posou para fotos e deu entrevista para a imprensa.

A 22ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow 2015), na cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, recebeu em sua abertura, no dia 27 de abril, a visita de D. Bertrand. Esta cidade é considerada a capital brasileira do agronegócio e a feira uma das maiores do mundo em matéria de novas tecnologias empregadas no campo. Ao mesmo tempo que políticos vindos especialmente de Brasília para a abertura tiveram que bater em retirada para não serem vaiados, o príncipe contou com o apoio e reconhecimento de todos, especialmente devido a sua longa atuação em favor da agropecuária brasileira e da livre iniciativa.



No Domingo de Páscoa, 5 de abril, D. Antônio visitou o Projeto Páscoa Solidária, do Orfanato Santa Rita de Cássia, no Rio de Janeiro. Logo após o príncipe compareceu à Missa celebrada pelo Bispo D. Karl Josef Romer, na paróquia anexa ao orfanato. D. Antônio e sua esposa D. Christine são antigos colaboradores do orfanato, em especial do projeto, que já completou seis anos. O príncipe acompanhou as atividades realizadas pelas crianças, participando de brincadeiras e gincanas. Ao final, foram distribuídos pelas freiras e por D. Antônio ovos de páscoa às 80 crianças da instituição.



Logo após o príncipe compareceu à Missa celebrada pelo Bispo D. Karl Josef Romer, na paróquia anexa ao orfanato. D. Antônio e sua esposa D. Christine são antigos colaboradores do orfanato, em especial do projeto, que já completou seis anos. O príncipe acompanhou as atividades realizadas pelas crianças, participando de brincadeiras e gincanas. Ao final, foram distribuídos pelas freiras e por D. Antônio ovos de páscoa às 80 crianças da instituição.

Logo após o príncipe compareceu à Missa celebrada pelo Bispo D. Karl Josef Romer, na paróquia anexa ao orfanato. D. Antônio e sua esposa D. Christine são antigos colaboradores do orfanato, em especial do projeto, que já completou seis anos. O príncipe acompanhou as atividades realizadas pelas crianças, participando de brincadeiras e gincanas. Ao final, foram distribuídos pelas freiras e por D. Antônio ovos de páscoa às 80 crianças da instituição.

A Casa Imperial foi representada, em 29 de abril, por D. Antonio na cerimônia em que o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Orani Tempesta, tornou-se sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). D. Orani é amigo da Família Imperial e um dos propulsores do processo de beatificação da Princesa Isabel. O IHGB foi fundado em 1838 e teve em D. Pedro II um dos seus grandes incentivadores, oferecendo uma das salas do Paço Imperial para reuniões.



No dia 16 de maio D. Antônio e D. Christine participaram das comemorações do bicentenário da cidade de São João Nepomuceno (MG). Constaram do programa hasteamento da bandeira nacional, desfile cívico-militar, sessão solene na Câmara Municipal, procissão de São João Nepomuceno, Missa, concerto musical, inauguração de placa comemorativa e jantar de gala. O casal foi calorosamente recebido pelos munícipes, sendo D. Christine agraciada pelas crianças, em sua despedida, com buquê de flores (foto). Presentes também personalidades da República Tcheca, como o Cônsul Geral Pável Prochazka, Cônsul Honorário Luiz Augusto Guadalupe, o Padre Romuald Stepan Rod, Superior do Monastério Dominicano de Praga, representando o Cardeal Arcebispo Dominik Duka, e a violinista Jitka Hosprová.

Nobreza austríaca ainda causa temor em republicanos

CARLOS EDUARDO SCHAFFER

Quase um século após a Proclamação da República na Áustria, em 21 de novembro de 1918, os republicanos ainda temem a influência da nobreza. Desde o fim de abril último diversos partidos estão se mobilizando para aumentar as penalidades impostas pela Constituição em 3 de outubro de 1919 aos membros de famílias nobres austríacas ou estrangeiras que ousarem utilizar publicamente seus títulos nobiliárquicos e outras honrarias.

Diz a Carta Magna austríaca de 1919, ainda vigente: “§ 1. A nobreza, seus privilégios, bem como puras condecorações a ela concedidas, de cidadãos austríacos, ficam abolidos, com exceção dos títulos e honrarias de cargos oficiais, de profissão ou de qualificações artísticas ou científicas e os privilégios com eles relacionados. § 2. Fica proibido utilizar esses qualificativos de nobreza, títulos e dignidades. Infrações serão punidas pelas autoridades governamentais com multas em dinheiro de 20.000 Krone ou seis meses de prisão”.

Esta é a chamada “Lei da abolição da nobreza, de certos títulos e dignidades, das ordens civis de cavalaria e das ordens civis femininas”. Apesar de rigorosa observância por membros da nobreza, todo austríaco de mínimo grau de instrução sabe quem é o príncipe, o duque, o conde ou o barão da sua região, especialmente do interior. O prestígio de que goza a nobreza até hoje é muito grande.

Por esta razão políticos não ousam eliminar da Constituição os parágrafos relativos à abolição da nobreza, de seus títulos e privilégios, embora não haja qualquer movimento importante que trabalhe pela restauração da monarquia ou da nobreza. A multa de 20.000 coroas tornou-se desprezível por causa da desvalorização das sucessivas moedas adotadas pela Áustria, desde a Proclamação da República: Krone (1918), Schilling (1924), Reichsmark (1938), novamente o Schilling (1945) e por fim o Euro (1999). A multa estabelecida em 1919 vale hoje 14 centavos de Euro. Apesar do valor irrisório, nenhum nobre transgredir a lei.

Mesmo 100 anos de lei rarissimamente desobedecida não agrada a deputada Daniela Musiol, porta-voz do Partido Verde para questões constitucionais, pois quer mudá-la, apresentando no *Nationalrat* (Congresso) projeto visando pressionar o Governo Federal a introduzir alterações na lei, estabelecendo multas mais elevadas para as pessoas que se apresentarem como nobres e portarem títulos ou honrarias vinculadas a seu estado. Disse Musiol: “Tal multa, tão baixa, não tem mais efeito dissuasório e não impede os infratores de continuar seu comportamento ilegal”. Em seguida refere-se ao caráter republicano da Áustria atual.

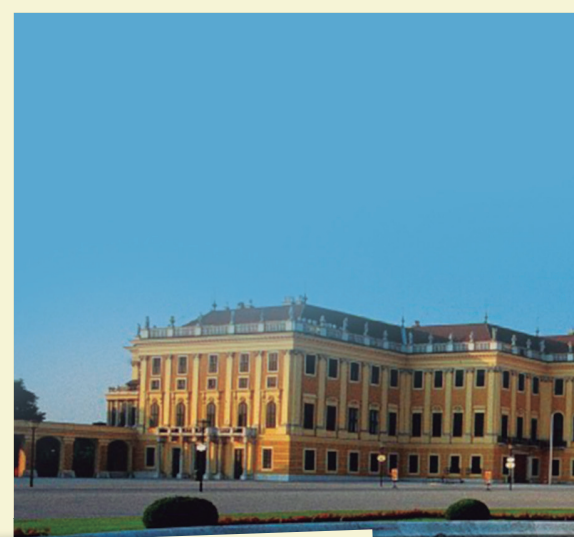
Mas não é simples modificar a multa, pois o valor está estipulado na Constituição e para modificá-lo seria preciso maioria de dois terços no *Nationalrat*. Além disso, não prevê a conversão de padrões monetários do Krone para euros.

Barão é obrigado a pagar multa de dez centavos de euro

Que a lei não é letra morta mostra o sentença judicial de 2007. A pedido de um órgão administrativo da cidade de Viena, o “cidadão Helmut RB” (o tribunal manteve incógnito o nome do infrator) foi condenado a pagar multa de 10 centavos de euro por ter usado em seu cartão de visitas o título de Barão. É de se notar que a multa máxima de 14 centavos nem sequer foi aplicada. O tribunal deu a entender ao órgão acusador que considerava permitido por lei a aplicação de multas de qualquer montante, mesmo as de valores não susceptíveis de desencorajar as pessoas de cometer o ato “criminoso”. O Barão Helmut apelou para o então primeiro-ministro Wolfgang Schüssel, mas o recurso não foi aceito por ser considerado “sem relevância”.

A atual pretensão do Partido Verde baseia-se em “Iniciativa Popular” encabeçada pela deputada Musiol, que em três anos coletou apenas 31 assinaturas válidas. O projeto de lei por ela apresentado pede que o deputado socialista Josef Ostermayer,

chefe de gabinete do primeiro-ministro Werner Faymann e encarregado de questões constitucionais, elabore um texto de lei prevendo multa adequada para o delito.



Daniela Musiol, do Partido Verde, lidera campanha contra nobreza austríaca

A Áustria está sendo governada pela coalizão entre o “Sozialdemokratische Partei Österreichs” (SPÖ) – Partido Social-Democrata da Áustria, majoritário na coalizão – e o “Österreichische Volkspartei” (ÖVP) – Partido Popular da Áustria. Em ambos os partidos o projeto de lei conta

com o apoio de certo número de deputados, mas talvez não o suficiente para formar com outros partidos de esquerda a necessária maioria de dois terços.

A iniciativa de “musiols” contra a nobreza pode obter êxito. “Estamos inteiramente abertos a sugestões”, diz o grupo parlamentar dos socialistas do SPÖ. Porque se algo está sob ameaça de punição, então a sanção para este delito deve ter também uma pena significativa. Argumento semelhante emite o deputado Wolfgang Gerstl, porta-voz do ÖVP para temas constitucionais. “Sou a favor de um aumento do valor da pena, caso contrário, a lei não faz sentido”. Não há necessidade de modificação profunda da lei. É preciso apenas atualizar o valor da multa. “Uma lei sem pena relevante é um tigre de papel”, diz Gerstl. Mas acrescenta: “Graças a Deus a lei hoje não tem relevância. Porque certamente não estamos invadidos por nobres que querem derrubar a democracia”.

À direita a Coroa Imperial Austríaca em ouro de grande pureza, decorada com esmaltes, pérolas, diamantes, rubis, spinel e safiras. Nobreza jamais será apagada da memória do povo austríaco.



Palácio de Schönbrunn, antiga residência imperial de verão. Francisco José, com 50 mil funcionários, governou 350 milhões de súditos, de várias etnias. Republicanos precisam de 200 mil para controlar 8 milhões.

No entanto, o chefe do grupo parlamentar “Das neue Österreich und Liberales Forum” (Neos) – O Novo Fórum Liberal da Áustria –, Nikolaus Scherak, quer que o assunto seja mais debatido: “O que importa é saber se a razão que moveu o legislador ao elaborar a lei ainda existe. Mas se se chegar à conclusão de que a lei ainda é necessária, então deve-se adaptar a punição”. O gabinete do ministro da cultura Josef Ostermayer informa que o SPÖ quer também aguardar as discussões em nível parlamentar para se pronunciar definitivamente.

É bem verdade que não existe na Áustria qualquer movimento proveniente da nobreza para derrubar a democracia. Mas, após quase 100 anos sem existência jurídica, essa classe social, com seus bailes, casamentos e batizados noticiados por toda a imprensa, tanto da Áustria quanto do resto do mundo, e seus membros ocupando postos importantes na administração de empresas



Proclamação do Imperador da Áustria Francisco José e sua esposa Sissi como Rei e Rainha da Hungria

privadas, traz à lembrança de todos os quase 500 anos ininterruptos da gloriosa história da família dos Habsburgos à frente do Sacro Império Romano Alemão e mais de um século à cabeça do Império Austro-Húngaro.

O Arquiduque Ulrich von Österreich – que pode se chamar simplesmente de Ulrich Habsburg – afirma que a noção de Nobreza não poderá ser apagada da memória do povo austríaco enquanto se continuar ensinando nas escolas que o príncipe Montecuccoli foi chefe vitorioso

na batalha contra os turcos, que o Príncipe Eugenio de Saboia libertou a Hungria e várias outras regiões do Império do jugo muçulmano, que o Imperador Francisco José, com apenas 50 mil funcionários, administrou a vida de mais de 350 milhões de súditos divididos em inúmeras etnias e regiões, ao passo que a Áustria de hoje, com apenas um pouco mais de oito milhões de habitantes, emprega mais de 200 mil funcionários públicos!

Seria preciso apagar dos livros e dos programas escolares quase 800 anos de história da Áustria para acabar com a noção de nobreza no povo austríaco.

Além disso, seria também necessário proibir o fluxo anual de milhões de turistas, que em sua maioria procuram os monumentos históricos – castelos, palácios, igrejas, museus, centros históricos das cidades etc. – que não falam senão do glorioso passado monárquico da Áustria.

Relato autêntico da morte da Princesa Isabel

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS

No último dia 3 de dezembro, apresentei no Rio de Janeiro, em sessão da CEPHAS (Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma exposição sobre o lote de 80 cartas escritas entre 1912 e 1921 pelo Conde d'Eu a D. Maria Amanda Paranaguá Dória (1849-1931), Baronesa de Loreto. Estou transcrevendo e anotando essas cartas, para serem publicadas em 2015, acompanhadas de notas explicativas e de uma análise de conjunto, na "Revista do IHGB". São cerca de 560 páginas manuscritas, que, uma vez ordenadas e transcritas, constituem um fascinante material de estudos para pesquisadores.

As 80 cartas contêm comentários interessantes sobre política, sobre o dia-a-dia da vida familiar, sobre cultura em geral, sobre a Primeira Guerra Mundial. A personalidade do Conde d'Eu se revela muito diferente da ideia que se tem dele, inclusive daquela que seus biógrafos Câmara Cascudo e Alberto Rangel fixaram. Ele parece muito mais brasileiro do que francês, nessas cartas. É afetivo, caseiro, de uma absoluta simplicidade. Muitas pessoas da sociedade são designadas pelos apelidos (Mariquinhas, Chiquinha, Zezinho, Totó), os netos são referidos como "os queridinhos pequerruchos" ou "os queridos gorduchos". Tudo está escrito em excelente português, com uma letra miúda que, vencida a primeira estranheza, logo se entende sem dificuldades.

D. Amanda era natural da Bahia, filha do Marquês de Paranaguá e esposa do Dr. Franklin Américo de Meneses Dória, Barão de Loreto. Foi educada junto com a Princesa Isabel e, enquanto ambas eram meninas, num acidente, a Princesa feriu involuntariamente a amiguinha. Estavam ambas brincando de plantar uma horta, no jardim do Palácio de São Cristóvão e a Princesa, num gesto desastrado, vasou com uma ferramenta o olho da companheira. A Baronesa de Loreto usou toda a vida um olho de vidro, confeccionado com tal perfeição que ninguém se dava conta disso. Até à morte, foram as duas amigas inseparáveis. A Baronesa de Loreto acompanhou a Família Imperial na viagem de exílio e deixou um relato comovedor da travessia do Atlântico a bordo do vapor Alagoas.

O Conde d'Eu sempre a trata cerimoniosamente, como "Senhora Dona Amanda", mas percebe-se, pelo tom das cartas, que



Princesa Isabel e o Conde d'Eu no exílio (Normandia, França, 1919)

ela era realmente muito próxima e chegada à Família Imperial.

Transcrevo a seguir, como curiosidade, a última das cartas desse lote, aquela em que o Conde d'Eu comunica à sua correspondente a morte da Princesa. É um documento inédito, que divulgo em primeiríssima mão, transcrito integral e fielmente, apenas atualizando a ortografia e ajustando a pontuação:

*"Castelo d'Eu, 19 de novembro de 1921
Dia de Santa Isabel de Hungria, que era o dia dela!*

Senhora Dona Amanda,

Estas são as primeiras linhas que escrevo para o Brasil depois do terrível golpe; e nem estou em estado de dar-lhe, como desejaria, pormenores. Não quero, porém, deixar de enviar-lhe já as inclusas fotografias que ela lhe destinava, e à Marianinha Suruí, assinando-as na manhã do mesmo dia em que se declarou a febre que o médico logo atribuiu a embaraço pulmonar, e nem mesmo talvez três horas antes! O mal, embora com altos e baixos, não cessou mais durante os dias seguintes (nos quais se confessou longamente e recebeu a Sagrada Comunhão) até que no 5º dia, dia 14, pelas 9h1/2 da manhã perdeu repentinamente os sentidos e não durou nem meia hora, chegando, contudo, o Pároco a tempo de aplicar a Extrema-Unção, todos nós de joelhos em roda, à exceção das crianças, que só mais tarde foram chamadas para dar o beijo de despedida à querida Vovó!

Calcule a desolação em que ficamos e amerceie-se da desgraça deste amigo velho de todos os seus.

a) Gastão d'Orleans"

É, como veem os leitores, um documento comovedor e de indiscutível autenticidade.

A Marianinha Suruí citada na carta era D. Mariana Cândida de Lima e Silva, filha de Manuel Francisco de Lima e Silva, Barão de Suruí (1793-1869), e de sua sobrinha e esposa D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva (1817-1894). Esta, por sua vez, era filha do Regente do Império Francisco de Lima e Silva (irmão de seu marido) e era irmã do Duque de Caxias e do Conde de Tocantins. Foi ela, juntamente com a Baronesa de Loreto, a feliz destinatária de uma das últimas fotografias assinadas pela Redentora.



Funerais da Princesa Isabel na cidade de Eu, França, em 1921



Princesa Isabel entre a Baronesa de Muritiba (esq.) e Maria Amanda

O Estado e a Caixa

JUVENAL DE ARRUDA FURTADO *

As frequentes notícias sobre as investigações da Petrobrás, diuturnamente divulgadas na mídia nacional e nas redes sociais, trouxeram à tona questões acerca do tamanho do Estado e de suas atribuições, ou seja, até que ponto deverá ele intervir na economia.

O Estado – assim como a Família – é uma instituição natural, que tem por objetivo contribuir para que o indivíduo atinja sua plena perfeição física, intelectual e moral, até alcançar o seu fim sobrenatural, e para que a sociedade rume para sua verdadeira perfeição e felicidade. O Estado é, portanto, independente de sua forma de governo, um ente perfeito. Sua missão é proteger o bem comum da “polis”, começando pela família. Esta, como se sabe, anterior ao próprio Estado, é a primeira sociedade, alicerce de todo o edifício sócio-político, protegida, desde os primórdios, por inúmeras e veneráveis legislações.

Teorias totalitárias, sobretudo em tempos recentes, tentaram deturpar o papel do Estado. Umas, exagerando-lhe o papel, tentaram divinizar o Estado, colocando-o como fim último e dirigente máximo da sociedade, criando tiranias de cunho coletivista; outras tentam eliminar o Estado, erigindo em seu lugar um utópico igualitarismo anárquico em que os indivíduos se auto-regulamentassem. Para alcançar seus desígnios, tais totalitarismos não se furtam em maquirar a destruição das instituições como a família, a propriedade individual ou qualquer outra instituição que exerça a função de “corpo intermédio”.

Esse processo de aniquilamento dos corpos intermediários é, em larga medida, a negação dos princípios da “organicidade” e da “subsidiariedade” que devem reger uma sociedade sadia. Sua destruição nada mais é do que o esgarçamento do tecido social, até sua ruptura total (hoje já sentimos seus efeitos), expondo o indivíduo a uma orfandade medonha, destruindo-o psicologicamente e moralmente, tornando-o um verdadeiro autômato numa sociedade massificada.

Estas considerações teóricas são úteis para ajudar a esclarecer o debate que se vai estabelecendo em certos setores da sociedade a respeito da Caixa Econômica Federal, quase sempre em base a premissas simplificadas, distorcidas ou até falsas.

Origem – Dentre as várias instituições tidas como tradicionais no mundo, figura a Caixa Econômica Federal, criada no dia 12 de janeiro de 1861, pelo Imperador D. Pedro II, com a finalidade de conceder empréstimos e estimular o hábito de poupar entre a população menos favorecida, inclusive escravos, que podiam assim reunir suas economias a fim de obter suas cartas de alforria. Propunha-se ser o “banco dos pobres” ou, nas palavras de Rio Branco, “o cofre seguro das classes menos favorecidas”.

Combate à agiotagem e à riqueza sem causa – Jeronymo de Castilho, em seu livro “Coisas da Velha Caixa”, diz que ela “foi instituída basicamente para poder combater os juros escorchantes e inapeláveis, cobrados pelos exploradores da miséria alheia”: os agiotas e casas de agiotagem do Rio de Janeiro (e de outras cidades e províncias do Império). Com a criação da Caixa, o Imperador era o primeiro a velar pelo bem comum, a proporcionar um fator de equilíbrio ao ambiente econômico e a proteger a sadia “economia popular”. Foi o que levou Carlos Alfredo Simch a destacar, em documento elaborado em 1950, quando do Jubileu de Diamante da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, que “a dissolvente subversão dos costumes que vagavam entre os pregões da Bolsa, violentando as fronteiras da decência” teriam levado o ministro Ferraz a agir “em nome do Imperador que estava assustado (...) e instruído dos escândalos que a agiotagem cometia e da necessidade de opor-lhe paradeiro”.

Moeda-espelho de um regime – A estabilidade político-social do II Reinado resultava em larga medida da estabilidade de sua moeda, o “Mil Réis”. Sendo guardião da moralidade e das instituições, cabia a Sua Majestade velar não só pelo Império, mas também pelo bem estar de todos

os seus súditos. Foi o que ocorreu com a criação da Caixa Econômica da Corte, autorizada pela Lei dos Entraves. Esta lei fez muito mais que combater os agiotas e autorizar a criação da Caixa. “Ela surgiu basicamente para impedir a emissão de títulos e dinheiro sem lastro, uma vez que, a partir de então, todo papel lançado por um banco precisaria ter equivalente metálico – ou seja, ouro – para garanti-lo”.

A caderneta de poupança – Uma nação só será forte se seus filhos forem livres. “É compreensível que relatos sobre a história da Caixa concedam especial relevo às poupanças abertas por escravos ou por seus senhores destinadas à compra da carta de alforria. Desde o início, a prática fez parte do cotidiano da Caixa da Corte. Tanto é que, já em 16 de novembro de 1861 (12 dias depois de a instituição ter iniciado sua operação), Margarida Luiza, escrava de Joaquim José Madeira, abriu a caderneta nº 59 da história da Caixa. Ela encerrou três anos mais tarde, no dia 5 de janeiro de 1865, retirando os 353.542 réis (353\$542), com os quais comprou a carta de alforria”.

A privatização da Caixa – Para que a privatização de uma empresa pública, mormente a Caixa Federal, seja efetivada, é necessário que ela não venha cumprindo a missão para a qual foi criada. É preciso, igualmente, que

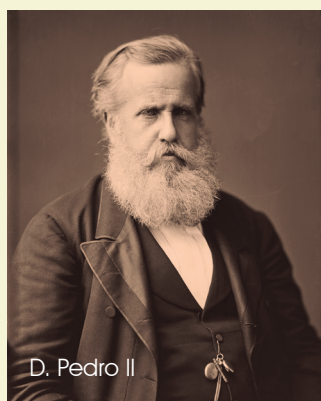
a opinião pública e a sociedade civil concordem com tal processo, bem como aceitem quem continuará na condução de seus misteres, de modo que prevaleça a forma mais vantajosa para a coletividade. Ressalte-se que os propugnadores dessa infeliz idéia deverão seguir os ditames legais com transparência e moralidade, o que não parece muito crível nesses tempos de investigação de “lava-jato”, onde a credibilidade de certos gestores públicos anda à deriva. Outro aspecto a ser considerado são as condições ideais da economia da nação como um todo. Explicando melhor: em um país onde a economia é grandemente tutelada, estatizada, regulada, fiscalizada, disciplinada e planejada pelo governo, onde o exercício do livre mercado e da liberdade para empreender são altamente penalizados, é pouco provável que tal privatização venha a dar bons resultados, e assistiríamos assim a uma privatização “para inglês ver”, cujos frutos práticos seriam fracassados.

A Caixa enquanto empresa pública – Os serviços prestados pela Caixa ao Brasil e aos brasileiros, desde o império até nossos dias, podem ser considerados de “utilidade pública”, em face dos inúmeros benefícios gerados para a sociedade brasileira. Se deslizos e erros foram praticados, debite-se à fragilidade humana, aos maus gestores e maus políticos que existiram e existirão. Porém, comparando-se os resultados, os créditos superam em muito os débitos. Aliás, seria conveniente que a Caixa retornasse aos seus atos de antanho de transparência, governança e boa gestão, tais como nos tempos da Monarquia, sem submissão aos partidos políticos.

Argumentos contra a privatização – Se não for suficiente o que acima foi citado sobre a Caixa Federal, para que ela continue sendo patrimônio do Povo Brasileiro, considere-se que ela foi (e é também) fator de “unidade” nacional, pois se encontra presente em todos os municípios brasileiros. E se levarmos em consideração as diferenças regionais do Brasil; a distribuição de renda; o grau de instrução dos habitantes de determinadas regiões; o desenvolvimento e/ou baixo desenvolvimento (IDH); e, sobretudo, os princípios da “organicidade” e da “subsidiariedade”, referidos no início deste artigo, concluímos que a Caixa continuará a desempenhar suas funções como banco de fomento, banco múltiplo, agente de desenvolvimento etc.

Nesses tempos de debates distorcidos e ideias facciosas, o futuro da Caixa deverá ser norteado pela concepção de um Estado orgânico e subsidiário.

* Presidente do Círculo Monárquico de Fortaleza, Gerente do Jurídico Regional da Caixa Econômica Federal no Ceará e licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).



D. Pedro II



JOSÉ GUILHERME BECCARI

Coisas da República...

A RBB e a Bíblia – “O Senhor Deus colocou o homem no jardim do Édem para cuidar dele e cultivá-lo”, diz o Gênesis. O “cuidar” e o “cultivar” do jardim (natureza) evidentemente não excluem inovar, criar, variar, renovar, inventar, modernizar, pois Deus deu ao homem inteligência, vontade e sensibilidade para tanto. Essa regra universal de Lei Natural, entretanto, não vale para os pobres 215 mil agricultores brasileiros que trabalham com plantas ornamentais. Cada nova variedade tem que ser registrada no Ministério da Agricultura e passar por longo estudo até ser autorizada sua comercialização. Em nenhuma parte do mundo isso ocorre. Paradoxalmente, são exigências mais severas do que as que existem para a aprovação de um novo alimento. A maioria dos pequenos cultivadores desistem ao longo do caminho, pois não conseguem enfrentar os custos e a complexidade da burocracia brasileira. E assim a República Burocrática do Brasil – RBB – vai matando na alma de seu povo uma de suas mais admiráveis qualidades: a criatividade.

Corte na carne? – Foi patética a reunião do ministro Joaquim Levy para explicar o plano de ajuste econômico aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Era uma fila infundável de carros oficiais, contrastando com a austeridade exigida pelo momento. O exemplo devia começar em casa, mas infelizmente não é o que acontece nas repúblicas. Nosso Imperador D. Pedro II pagava as despesas de suas viagens oficiais com a própria dotação. Ao invés de o governo reduzir gastos eliminando, por exemplo, essa mordomia que consome bilhões de reais com veículos, motoristas, combustíveis, etc. nas esferas federal, estadual e municipal, o fardo mais uma vez recaiu no lombo dos contribuintes, com aumento de tarifas públicas e tributos. Fala-se até na volta da CPMF e na criação do imposto sobre fortunas, que em nenhuma parte do mundo funcionou. A “presidenta” Dilma afirmou em várias ocasiões que ia cortar despesas “na própria carne”, mas até o momento o que se vê é o “corte da carne” na mesa de milhões de brasileiros.

No fundo do poço – Orgulho nacional, durante décadas citada como exemplo de companhia estatal que – ufa! – deu certo, a Petrobrás afunda cada vez mais no ranking das maiores empresas mundiais: do trigésimo lugar da revista “Forbes” passou para a 416.^a posição. Motivos não faltam para explicar tamanho tombo, sendo o *propino-duto* um dos mais ventilados. Mas o principal, segundo analistas, foi a equivocada política de preços dos derivados de petróleo praticada pelo

governo nos últimos anos, no vale-tudo para ganhar as eleições, apesar de a nossa gasolina ser das mais caras do mundo devido a incontáveis tributos. A brincadeira saiu cara demais, sendo esta uma das razões que estão levando o país a mergulhar em tão profunda recessão. De crise em crise caminha nossa república, deixando claro mais uma vez que políticas sérias de longo prazo só o regime monárquico pode proporcionar.

Zero para a educação – Que o nível da educação pública está baixíssimo, ninguém duvida. Mas o resultado do último Enem relativo às notas de redação mostra que a situação está ainda pior. Nada mais do que 284.000 alunos entregaram a prova em branco e 217.000 fugiram do tema “Publicidade infantil em questão no Brasil”. Ou seja, meio milhão de alunos não conseguiram escrever sobre assunto tão banal. Considerando que esses adolescentes entraram na escola com 7 anos e que a idade mínima para se fazer a prova é de 15, 8 anos de banco escolar “formaram” apenas analfabetos funcionais. Lembremos que para se conseguir alguma nota era necessário apenas um mínimo de coerência no texto, sem portanto levar em consideração a parte ortográfica. A aprovação compulsória dos estudantes certamente contribuiu para esta aberração. A lógica é simples: se no final do ano a criança vai ser aprovada, estudando ou não, para que o sacrifício? Eliminando assim a meritocracia, o ensino público nivela as crianças por baixo, preparando-as para logo mais se tornarem verdadeiros “carneiros” dependentes do Estado.

A festa continua – Nenhum ajuste de contas públicas será eficaz enquanto não se enfrentar a questão da nomeação de apadrinhados para cargos públicos. Os governos usam tais cargos como moeda de troca para comprar o apoio dos políticos. O resultado é que verdadeiras nulidades são nomeadas para funções que somente especialistas poderiam exercer. Mas não é só. São 23 mil postos de confiança inchando uma máquina exaurida. Os Estados Unidos, com população de 318 milhões de habitantes, têm somente 8.000. Apenas nosso Ministério do Desenvolvimento Agrário abriga 1.000 parasitas, que atuam o mais das vezes para favorecer a agitação no campo e as invasões de propriedades particulares. A situação piora nas estatais, onde a transparência é zero e ninguém sabe ao certo quantos são os cargos de confiança. Enquanto os brasileiros sofrem com taxa de desemprego crescente e corrosão salarial, em Brasília a festa continua...

Stalin tem razão – A “vontade popular” expressa em eleições durante os 125 anos de República foi várias vezes colocada em dúvida, mas nunca como agora com a urna eletrônica. Estudos mostram que não é totalmente confiável e está sujeita a fraudes. Tal constatação foi confirmada por cientistas da Universidade de Brasília (UnB) e informada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas este, curiosamente, continua dizendo que o sistema é seguro, e impede que testes complementares sejam realizados. As maiores democracias do planeta rejeitaram o voto eletrônico porque impossibilita a recontagem dos votos em caso de suspeição. E as que o adotam não abandonaram o voto impresso. Nas últimas eleições presidenciais o TSE obrigou os brasileiros a confiar na apuração feita por 27 funcionários do próprio governo trancados numa sala, sem qualquer possibilidade de auditoria de órgãos independentes. Atribui-se ao tirano russo Josef Stalin a seguinte afirmação: “Os que votam não decidem nada; os que contam os votos decidem tudo”. Em mais esse aspecto a República brasileira se assemelha a uma verdadeira ditadura.

